

Escreva o nome da Escola, do distrito ou Região Autónoma em que se insere e a Sessão em que participa (Básico ou Secundário). O projecto de Recomendação tem de respeitar os seguintes limites de texto: exposição de motivos – 3300 caracteres (incluindo espaços); cada medida – 850 caracteres (incluindo espaços). Confira estes limites no seu texto antes de copiar e colar nos espaços previstos.

Identificação da Escola: Escola Secundária de São Pedro do Sul
Circulo: Viseu
Sessão: Secundário

Projecto de Recomendação:

Exposição de motivos: (considerações ou argumentos que justificam ou enquadram as medidas propostas)

Qualquer sociedade possui um conjunto de normas, de modelos de conduta, de sanções, de valores, e de símbolos que constituem o código de comunicação entre os seus membros e asseguram o mínimo de coesão social. É, assim, imperioso rever os modelos de leccionação e conteúdos das disciplinas da Educação para a Cidadania, visto que nesse momento formativo da vida dos futuros cidadãos e cidadãs está em jogo grande parte da qualidade da democracia portuguesa do século XXI.

A aposta nos movimentos associativos e sindicais revela-se duplamente relevante na medida em que, em primeiro lugar, tendo presente a vontade de dinamização dos cidadãos e cidadãs mais jovens, é ainda no contexto tradicional das associações não governamentais que a maior parte da formação cívica é veiculada. Importa, pois, dotar essas organizações, particularmente aquelas compostas maioritariamente por jovens, de apoios e meios eficazes para a realização dos seus fins. Em segundo lugar, porque a intervenção de activistas nos movimentos sociais que prosseguem actividades associadas às bandeiras das Juventudes (ambiente, integração de imigrantes, combate às discriminações, planeamento familiar) deve ser apoiada e incentivada a par de um trabalho com estas na defesa dos mesmos fins.

O Observatório Permanente da Juventude num estudo de 2002 a 2006 sobre o Associativismo Juvenil e Cidadania Política, procurava compreender as razões do défice de participação activa no exercício da cidadania e as razões da sua continuidade, debruçando-se sobre as formas activas de participação e as razões do não exercício dos direitos da cidadania política entre os jovens. Esta situação causava e causa preocupação, pois sugeria a existência de uma condição passiva perante o Estado (visto como o garante dos direitos de cidadania) e de algum desinteresse ou apatia perante o devir colectivo. Traço característico de Portugal é verificar que a fraca propensão para a participação cívica não se restringe à acção política, estendendo-se por todo o espectro da acção social, desde o voluntariado cívico e humanitário até à acção organizada com objectivos determinados nas esferas económica e política.

Porém, este tema não pode ser abordado sem o recurso a uma perspectiva de género e sem uma referência à fraca socialização da maioria dos jovens para a participação política e pública, em virtude de os agentes e meios de socialização nos quais se incluem a família, a

Escreva o nome da Escola, do distrito ou Região Autónoma em que se insere e a Sessão em que participa (Básico ou Secundário). O projecto de Recomendação tem de respeitar os seguintes limites de texto: exposição de motivos – 3300 caracteres (incluindo espaços); cada medida – 850 caracteres (incluindo espaços). Confira estes limites no seu texto antes de copiar e colar nos espaços previstos.

escola, os meios de comunicação social veicularem modelos e valores que contrariam a sua participação. Esses modelos não são apenas interiorizados por cada pessoa, encontram-se também imbricados na própria organização da sociedade.

A educação para a cidadania passa ainda pelo reconhecimento dos jovens enquanto agentes actuais, e não só futuros, da mudança social, através do desenvolvimento de projectos que encorajem a iniciativa, estimulem a vontade de adquirir competências e estabeleçam uma relação entre a aprendizagem e a vida.

Medidas propostas: (redigir com clareza e objectividade, sem alíneas)

1. Educação para a cidadania na perspectiva do desenvolvimento de saberes, de saberes fazer técnicos, sociais e relacionais para a intervenção e para a parceria de género deve ser assegurada pela escola, enquanto condição para o pleno exercício da cidadania num contexto democrático.

2. Criação de espaços de discussão livre entre os jovens, conjuntamente com uma política de desenvolvimento virada para a promoção de melhores condições de bem-estar e qualidade de vida, fomentando a participação dos jovens na política e nos interesses das localidades onde vivem, contribuindo, desta forma, para a descentralização do interesse político.

3. Promoção de condições de vida associativa, cívica e política, para ultrapassar uma verdadeira crise de participação na vida institucional e associativa, nomeadamente nas estruturas tradicionais e sublinhando o papel capital da participação das e dos jovens na construção da sociedade civil, enquanto recurso para a permanente renovação da sociedade democrática.